



NA BUSCA DE IDENTIDADE

Apropriações realizadas por moradores em quatro bairros municipais do concelho de Loures

In search of identity. Appropriations by local inhabitants in four neighborhoods in the municipality of Loures

A. Paes

*Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Portugal
ana_rita_paes@iscte-iul.pt*

S. Stellacci & S. Eloy

*Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), ISTAR, Portugal
Stefania_Stellacci@iscte-iul.pt; Sara.Eloy@iscte-iul.pt*

RESUMO

Neste artigo mapeia-se e reflete-se sobre as alterações do espaço urbano realizadas por moradores em bairros municipais. Pretende-se identificar aspetos relevantes do projeto urbano e arquitetónico que poderiam ser repensados no sentido de garantir maior flexibilidade de uso e qualidade de vida aos moradores. Para alcançar este objetivo, este estudo focou-se em quatro bairros municipais do concelho de Loures no distrito de Lisboa. Através de análises *in situ* e sessões de debate com os moradores e representantes da Câmara Municipal de Loures, foram mapeadas as principais apropriações informais no espaço público exterior e no exterior do edificado (e.g. configuracional e/ou cromática das fachadas). O principal objetivo deste estudo comparativo incide na análise das dinâmicas urbanas de génese informal como ferramenta que contribui para a requalificação dos complexos habitacionais sociais e para o bem-estar dos moradores, tendo em conta as características socioeconómicas, arquitetónicas e paisagísticas de cada caso em análise.

Palavras-chave: Bairro Municipal, Apropriações, Informal, Loures.

Thematic clusters: 3. Dinâmicas Urbanas. **Tópico:** 2. Cidade pós-crise e dinâmicas socioespaciais

ABSTRACT

This article provides an analysis and reflection on changes in urban space in municipal housing districts to identify relevant aspects of urban and architectural design that could be rethought, to guarantee more flexibility of use and the quality of life of residents. To achieve this objective, this study focuses on four neighbourhoods in the municipality of Loures, in the district of Lisbon. The main informal appropriations in the external public space and in the building exteriors (e.g. configurational and/or chromatic changes of the facades) were mapped through *in situ* analyses and debate sessions with inhabitants and representatives of the Municipality of Loures. This comparative study aims to analyse informal urban dynamics as a means for contributing to the requalification of social housing and to the well-being of inhabitants, considering socioeconomic, architectural, and landscape characteristics of each case under analysis.

Keywords: Municipal Affordable Neighborhoods, Appropriations, Informal, Loures.

Thematic clusters: 3. Urban Dynamics. **Topic:** 2. Post-crisis city and socio-spatial dynamics

Introdução

No espaço urbano e arquitetónico encontramos reflexos da comunidade que o habita e utiliza diariamente. Este espaço passa por constantes adaptações, que refletem diferentes necessidades e preferências ao longo de um processo de afirmação das identidades individuais e coletivas. A falta de relação e identificação com o espaço habitado pode conduzir a negligência e descaracterização das áreas coletivas e privadas, mas também a diversas formas de personalização por parte de quem o habita.

Neste estudo reflete-se sobre as ocupações informais do espaço urbano em bairros municipais, focando-se na apresentação, problematização e discussão de alguns dos temas emergentes da arquitetura e urbanismo contemporâneos, debatidos a nível nacional (Portas, 2013; Antunes, 2018; Agarez, 2018) e no contexto internacional (e.g. (Aravena e Iacobelli, 2016)).

Reivindicando a importância da *busca de identidades* no meio urbano habitacional, realizou-se o mapeamento e a análise de padrões de alteração do espaço público e do exterior do edificado em quatro bairros municipais do concelho de Loures, no distrito de Lisboa. Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto Final de Arquitetura (2021-2022) no Iscte (coord. Eloy). Assente no extenso *corpus* de conhecimento sobre as políticas habitacionais das últimas décadas de Portugal, este estudo desenvolve-se ao longo de cinco fases principais: i) enquadramento histórico-geográfico de cada bairro; ii) análise *in situ* e levantamento fotográfico das apropriações informais; iii) definição da estrutura de classificação das apropriações; iv) representação gráfica da análise; v) leitura crítica comparativa.

O enquadramento legal e operacional de construção dos bairros foi analisado cruzando os dados estatísticos disponíveis sobre a composição do tecido socioeconómico dos bairros e análises *in situ* ao longo do 2021 (Rosa, 2021). Através de análises *in situ* e sessões de debate com os moradores e representantes da Câmara Municipal de Loures, foram mapeadas as principais apropriações informais no espaço exterior (espaços verdes, arruamento), bem como as alterações arquitetónicas no exterior do edificado (configuracional e/ou cromática das fachadas exteriores, dos vãos, e das coberturas).

Este texto encontra-se dividido em quatro secções. No início, apresenta-se uma breve introdução ao direito à personalização do espaço urbano e definição do conceito 'informal'. Na segunda e terceira secção são resumidos, respetivamente, o enquadramento legislativo e operacional dos bairros estudados e as apropriações observadas e catalogadas, com enfoque no caso da Parcela 6. Centrada numa abordagem comparativa, a quarta secção debruça-se sobre os aspetos até agora negligenciados, com o objetivo de contribuir para a resolução das questões identificadas no âmbito deste estudo.

Defende-se, além do direito à habitação condigna,¹ o direito à apropriação informal do espaço como reflexo de instâncias socioculturais, funcionais, e estéticas, realçando a importância do que os mapeamentos sejam traduzidos em ações concretas para (e com) a comunidade residente nos bairros.

1. O direito à personalização do espaço urbano habitacional

O ato de apropriação dos espaços habitacionais e de vizinhança é subjetivo, dinâmico e multidimensional, e diretamente relacionado com a forma como se habita.² O processo de apropriação do espaço pelos seus moradores constrói-se ao longo do tempo, frequentemente de forma imprevisível. As apropriações informais do espaço são soluções formuladas pela população que o habita para satisfazer as suas necessidades e preferências, sobretudo quando estas não foram garantidas em fase de projeto e planeamento urbano. A observação crítica e contextualizada das dinâmicas urbanas nos locais em causa é uma ferramenta

¹ "A habitação é um direito fundamental constitucionalmente consagrado, a base de uma sociedade estável e coesa e o alicerce a partir do qual os cidadãos constroem as condições que lhes permitem aceder a outros direitos como a educação, a saúde ou o emprego." (Resolução do Concelho de Ministros nº50-A/2018, 1784-A). A lista dos regulamentos legislativos centrados no tema das políticas habitacionais apoiadas em Portugal é indicada por Agarez (2018: 113-118).

² Numa perspetiva mais abrangente, "o ambiente construído, no seu sentido mais lato, e os seus componentes urbanos e arquitetónicos são lentes particularmente adequadas para entender culturas e sociedades do passado e presente" (Agarez, 2018: 15)

imprescindível no trabalho de gestão e regeneração nos complexos habitacionais sociais. Essas dinâmicas urbanas podem ser caracterizadas pelo conjunto de mudanças socio-espaciais, que afetam o espaço físico, seja pela mobilidade de grupos sociais no tempo e nas áreas próximas, seja pela evolução da própria paisagem (Galhardo, 2014). Esta apropriação é definida como 'informal', em contraste com a 'formalidade' dos projetos de arquitetura submetidos e aprovados pelas respectivas entidades reguladoras e instituições diversas, entre as quais as câmaras municipais. Os conceitos de informal vs formal tornam-se cada vez mais relevantes no discurso e na prática arquitetónica. Este tema foi explorado por um grupo de arquitetos convidados por Pedro Campos Costa na 14ª Bienal de Arquitetura de Veneza em 2014.³ A definição de informal na arquitetura surge como o pressuposto de tudo o que não pertence à esfera do Estado, ou seja, que não segue regulamentos, vínculos, e regras estabelecidas para a concretização da disciplina arquitetónica (Ateliernob, 2014). A arquitetura geralmente proporciona ordem ou formalidade no território através de formas inteligíveis que tecem relações entre elementos formais, culturais e materiais. A emergência do informal manifesta a necessidade de contrapor o princípio de ordem formal, onde se subentende a desconstrução de normas que acabam por estruturar todo o método racional do domínio formal.

Para identificar apropriações específicas cuja conotação é de informalidade, este estudo focou-se em quatro bairros municipais do Parque Habitacional de Loures, localizados na freguesia de Camarate, Unhos e Apelação.

2. Concelho de Loures: Políticas habitacionais entre paradigmas e alteridades

2.1. Parque Habitacional de Loures

Situada a norte da Área Metropolitana de Lisboa (AML) norte e com uma área de 167 km², o concelho de Loures tem uma localização privilegiada face à capital portuguesa (Figura 1). Para além disso, está próximo de algumas das principais infraestruturas rodoviárias, fruto dos investimentos feitos nos sistemas de mobilidade urbana. É composto por dez freguesias, sete vilas e duas cidades, Loures e Sacavém. A criação do novo passe social em 2019 permitiu melhorar as condições de mobilidade no âmbito da AML. Simultaneamente previa-se o aumento da oferta de serviço e a extensão da rede de transporte, estas medidas contribuíram para o aumento da atratividade residencial desta região, aproximando várias freguesias de Loures e outros concelhos à cidade de Lisboa.⁴

Loures é o terceiro concelho da AML com maior número de edifícios municipais destinados à habitação de cariz social, e o quinto que mais edificou de habitação municipal detém (Rosa, 2021). Inserido no contexto metropolitano da capital nacional, o concelho de Loures assistiu nas últimas décadas a um crescimento demográfico expressivo. Atualmente, conta com um extenso parque habitacional de apoio social, com um total de 2.653 fogos na sua composição, cuja grande maioria está inserido em bairros municipais. Importa salientar que o aumento populacional entre os anos de 2011 e 2021 em Loures, em parte devido ao saldo migratório positivo, tem sido acompanhado pelo aumento da pobreza, violência doméstica, solidão, segregação e vulnerabilidade social, fenómenos que afetam maioritariamente idosos e pessoas com escassos recursos económicos e com dificuldades no acesso a uma habitação condigna (Rosa, 2021).

³ *HOMELAND | News from Portugal* é uma revista distribuída durante a Bienal de Arquitetura de Veneza, que recolhia as perspetivas e reflexões de diferentes autores sobre o estado atual da arquitetura, do urbanismo e dos contextos sociais, culturais e políticos. (Disponível em <https://www.trienaldelisboa.com/programme/hors-serie/homeland-en>)

⁴ Os limites administrativos de Loures mudaram ao longo do tempo, uma vez que a freguesia de Odivelas e a freguesia do Parque das Nações que anteriormente faziam parte do concelho de Loures, passaram a integrar o concelho de Lisboa, respetivamente em 1998 e em 2012.

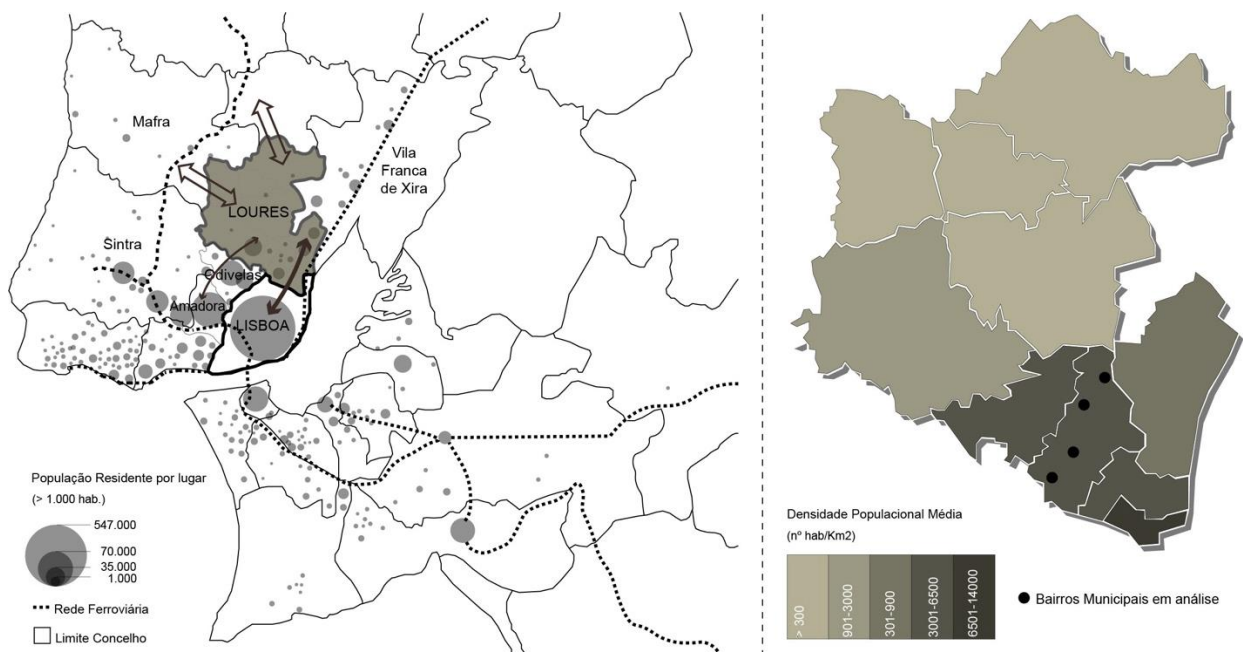


Fig. 1. Localização do concelho de Loures e densidade populacional média (mapa adaptado pela Ana Paes, baseado em Rosa (2021: 29) e nos dados do INE, 2021)

Baseada na recolha de dados publicados no âmbito do programa ELH (2020), e disponibilizados no portal da SIPA,⁵ a Tabela 1 identifica a composição e os programas que abrangeram o planeamento e realização dos bairros municipais do concelho de Loures.

O PER (Programa Especial de Realojamento) destaca-se pela sua forte incidência no concelho, tendo a grande explosão de realojamentos ocorrido entre os anos de 1990 e 2000. As primeiras edificações de bairros surgiram ainda antes de 1974, mas a promoção de nova habitação pública no concelho até à década de 1990 foi relativamente pouco expressiva.

⁵ SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico) é um sistema de informação e documentação sobre património arquitetónico, urbanístico e paisagístico português e de origem ou matriz portuguesas gerido pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

Tabela 1. Bairros sociais do concelho de Loures (nº fogos, programa e respetiva data de execução)

Freguesia	Bairros municipais	Nº Fogos	Programa de impulsionamento/data de execução
Camarate, Unhos, e Apelação	Bairro Municipal da Parcela 6	102	Desenvolvimento do plano no âmbito do SAAL; Construção faseada entre os anos de 1985 e 1988, ao abrigo do PER.
	Bairro CAR de Camarate	150 (Camarate-A); 150 (Camarate-B)	Construção no âmbito do CAR para realojar os refugiados das ex-colónias africanas. 1.ª fase 1976-1981(Camarate-A); 2.ª fase, 1977-1981(Camarate-B)
	Quinta da Fonte	622	Construção no âmbito do PER. O bairro pertence a uma área de realojamento, criado a partir de 1996.
	Quinta das Mós	236	Construção no âmbito do CAR, finalizado em 2007.
	Bairro de Santo António	79	Desenvolvimento do plano no âmbito do SAAL e PER. Construção faseada, entre 1965 e 2001.
Loures	Calçada do Barro	36	FFH
	Bairro CAR - Mealhada	5	FFH
	S. Sebastião dos Guerreiros	81	PER
	Quinta das Sapateiras	204	PER
Moscavide e Portela	Quinta da Vitória	88	Construção no âmbito do PER em 2022, para realojar os residentes no Bairro Quinta da Vitória.
UF Sacavém e Prior Velho	Urbanização Quinta das Pretas	19	Construção no âmbito do PER, finalizada em 1999.
	Terraço da Ponte	771	Construção no âmbito do PER, para realojar os residentes no Bairro Quinta do Mocho. Construção faseada entre 2000 e 2002
	Prior Velho	1	AQ
	Quinta do Património	19	Acquisição pela CMLoures posterior à construção
	Bairro CAR - Sacavém	6	Bairro promovido no âmbito do CAR
	Bairro da Manjoeira	43	Desenvolvimento do plano no âmbito do SAAL; Construção faseada, ao abrigo do PER.
Santo António dos Cavaleiros e Frielas	Casal da Espadadinha	28	AQ
	Quinta do Conventinho	54	AQ
Outras	Torre 3	22	AQ
	dispersos pelo conselho	82	AQ

CAR: Comissão de Apoio aos Refugiados; CM: Câmara Municipal; FFH: Fundo Fomento de Habitação; PER: Programa Especial de Realojamento ; AQ: Aquisição pública, não enquadrados em programas de impulsionamento.

Este estudo incide fundamentalmente sobre a reflexão acerca das alterações do espaço urbano realizadas por moradores e o seu significado na identidade dos bairros. Deste modo, uma análise crítica e aprofundada sobre as políticas habitacionais em Loures não cabe no âmbito deste estudo. Todavia, podemos sublinhar que de todos os programas mencionados, o PER e o SAAL tiveram uma grande relevância nos alicerces atuais do parque habitacional de Loures, mas com relevantes diferenças entre os dois programas. O SAAL permitiu a requalificação e construção dos bairros promovendo projetos participativos. Já o PER investiu no realojamento em massa e com baixo custo, onde o envolvimento dos moradores no processo decisório foi inexistente,⁶ já que a pressão que os bairros de génese ilegal exerciam nas convivências com os residentes na cidade exigia uma solução rápida. Contrariamente ao SAAL, de uma forma geral, o PER assentou na lógica de parceria entre o Estado e o setor da construção na qual os projetistas são secundarizados. Refletindo sobre os 100 anos de políticas habitacionais apoiadas em Portugal, reconhece-se que as carências do edificado e do desenho dos espaços urbanos persistem, com um impacto relevante nas dinâmicas sociais entre os moradores. O

⁶ Em relação ao bairro de Santo António: “Com a redução do seu nível de participação enquanto interlocutores reconhecidos e respeitados pelas entidades competentes, o bairro foi sendo gradualmente «guetizado» e privado dos recursos essenciais ao dia a dia.” (Rodrigues, 2014: 15).

documento “*Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação*” redigido no final do ano de 2017⁷ sublinha a necessidade de repensar as políticas de habitação, proporcionando melhores condições para a prática de reabilitação arquitetónica e urbana. Este documento revela que cerca de 75% do investimento do Estado entre 1987 e 2011 foi destinado ao estímulo ao crédito na aquisição de casa própria, o que contrapõe o investimento feito em programas de habitação de interesse social, já que corresponde a 8,4% da verba total alocada ao programa de habitação no decorrer destes 25 anos. Ao mesmo tempo, como sugerido por Agarez (2018: 131), teremos de contornar narrativas generalistas sobre “a habitação apoiada em Portugal como algo genericamente deficiente, negativo, falhado”. Entre hesitações, convergências de intenções e as predominantes políticas do Estado que tem vindo privilegiar a privatização dos imóveis, destaca-se a importância da intervenção pública em Loures e em Portugal face as prementes necessidades em termos habitacionais.

2.2. Breve enquadramento de quatro bairros municipais do Parque Habitacional de Loures

Este estudo foca-se em quatro bairros municipais do Parque Habitacional de Loures nomeadamente a Parcela 6, o bairro CAR de Camarate, o Bairro de Santo António e a Quinta das Mós (Figura 2).

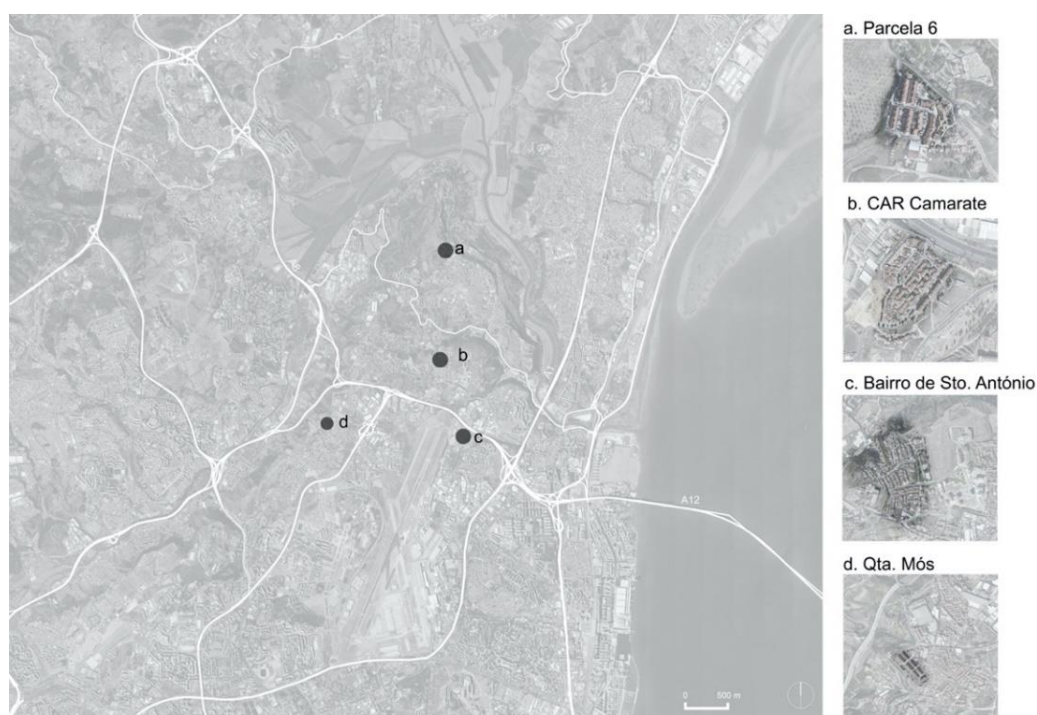


Fig. 2. Localização dos quatro bairros municipais do Parque Habitacional de Loures (autor: Ana Paes)

A Parcela 6 surge na década de 70, como concretização da proposta de intervenção dos arquitetos Paulo Figueiredo, Manuel Teles e Carlos Carvalho (Figura 2, a). O planeamento deste bairro estava inserido no programa SAAL e a construção do edificado foi dividida em três fases distintas. As moradias unifamiliares, localizadas na *rua Ruy de Carvalho*, constituíram a primeira fase deste projeto, e foram edificadas em fiadas paralelas em 1985 para um total de 16 blocos. Estas serviam o propósito de realojar a população do Bairro do Poço (em Loures), que devido à construção da linha férrea, foi obrigada a abandonar as próprias residências. A segunda fase surgiu em 1988 com a finalização das moradias, perfazendo um total de 24 fogos. A tipologia T3 é comum nas duas primeiras fases, e o processo adotado foi de autoconstrução. Para tal, a CML cedia os terrenos e os moradores financiavam a construção ou a mão-de-obra. Apenas na terceira fase se procedeu à construção dos blocos de apartamentos de três pisos (80 fogos), com tipologias de T2 e T3, com os últimos

⁷ promulgado pela Resolução do Conselho de Ministros nº50-A/2018, de 2 de maio (<https://dre.pt/dre/detalhe/resolucao-conselho-ministros/50-a-2018-115211109>)

pisos desenhados em duplex. Estes edifícios pretendiam realojar a população carenciada residente no município de Loures através do processo de candidatura a habitação social. A composição arquitetónica e espacial neste bairro reflete as alterações dos paradigmas urbanísticos ocorridas entre as décadas de 70 e 90. No plano original, existia uma área vasta dedicada a zonas ajardinadas e áreas pedonais contínuas e integradas com o espaço construído e que acabou por não ser realizada.

O bairro CAR de Camarate, com a construção iniciada em 1976 e concluída após cinco anos, foi construído no âmbito do programa CAR (Comissão de Apoio aos Refugiados), para dar resposta ao alojamento de um elevado número dos refugiados das ex-colónias portuguesas em África (Figura 2, b). O loteamento foi executado em duas fases principais, promovido diretamente pelo Fundo Fomento da Habitação (FFH). É um bairro com unidade morfológica contemporânea de traçado regular, com casas prefabricadas em banda unifamiliares térreas, com logradouro junto à fachada principal e no tardo, formando quarteirões compactos e simples. Através do levantamento efetuado em 2011 pela CML, do total de 298 fogos, 102 pertencem ao parque habitacional municipal, sendo o maior bairro abrangido pela CAR do país.

O Bairro de Santo António foi construído em quatro fases (Figura 2, c). A edificação das primeiras 30 habitações, ocorrida nos anos 60, permitiu realojar moradores na área onde foi construída o troço de Alverca da via A1. A segunda fase iniciou-se após uma década, no âmbito do SAAL, e prolongou-se até ao início dos anos 80, com a construção total de 104 habitações através de cooperativas de habitação contratadas pelos moradores (Rodrigues, 2014). A terceira fase ocorreu nos anos 90, com a construção de 10 habitações, promovendo à autoconstrução e autoacabamentos. A última fase ocorreu entre 2000 e 2001, com a edificação de seis lotes (cada um com 12 fogos) de habitação social ao abrigo do PER. Em 2021, foram executadas obras de reabilitação de seis edifícios (72 fogos), para resolver um conjunto de patologias detetadas ao nível das fachadas, no espaço público e na rede de esgotos. Devido à construção faseada, encontram-se neste bairro soluções distintas em termos arquitetónicos e de organização do espaço público. O primeiro tipo é composto por habitações unifamiliares tradicionais (T1, T3 e T4) com espaços verdes incluídos no núcleo deste aglomerado habitacional. O segundo tipo é composto pelo complexo dos seis lotes, com uma configuração em galeria, no limite sudoeste do bairro.


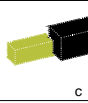




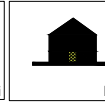



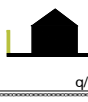


No limite oeste do concelho de Loures, localiza-se a Quinta das Mós, um bairro constituído por 210 fogos, com tipologias de T0 a T5 (Figura 2, d). Nos fins da década de 90, no âmbito do PER, desenvolvia-se um conjunto de urbanizações nos Bairros Fetais de Baixo, nos limites do município de Loures e antiga freguesia de Camarate, onde a Quinta das Mós está inserida. A Quinta das Mós destinou-se a alojar os residentes locais desprovidos de condições mínimas de habitabilidade. Numa fase sucessiva, os fogos disponíveis foram atribuídos a famílias carenciadas e inscritas no PER, residentes noutros pontos do concelho. Trata-se de um dos bairros mais recentes da freguesia de Loures, com construção finalizada em 2007 que inclui uma escola básica, inaugurada em 2009. Este bairro, que é contornado pela *Estrada Militar*, inclui seis volumes compactos e uniformes de quatro pisos, com grelhas regulares de janelas. Os edifícios são dispostos em banda e ladeados por zonas de estacionamento e faixas pedonais ponteadas de pequenas áreas verdes.

3. Descortinar os fatores de apropriações informais

3.1. Abordagem metodológica

Este estudo assenta na análise *in situ* e levantamento fotográfico, definição de quadro de classificação dos padrões de apropriação com respetiva representação diagramática, e análise crítica comparativa do programa planeado, executado e alterado ao longo do tempo. No quadro de classificação proposto pelos autores (Tabela 2) foram distinguidas as alterações no espaço público (A) e alterações no envelope do edificado (B).

Tabela 2. Classificação dos principais padrões de apropriações informais

APROPRIAÇÕES INFORMAIS		SÍMBOLO			
A. Alterações do espaço público exterior	a. zona com flores c/s vedação b. hortas urbanas c/s capoeira c. pequenas construções (e.g. gaiola, ponto religioso, container) d. depósitos ilegais de resíduos				
	- Alteração configuracional e/ou cromática da fachada exterior e. colocação de revestimento exterior f. alteração da cor original da fachada				
B. Alterações do exterior do edificado	- Alteração dos vãos de porta g. alteração da porta original por nova porta de madeira h. alteração da porta original por nova porta de pvc i. alteração da porta original por nova porta de alumínio l. colocamento de gradeamento exterior				
	- Alteração dos vãos de janela m. alteração do vão original por novo vão de pvc n. colocação de gradeamento por cima do vidro o. cobrimento do vão com tijolo				
	- Alteração dos muros p. aumento altura com colocação de sebe vivas q. aumento altura com colocação de painéis em policabornato/chapa metálica r. aumento altura com colocação de pano de tijolo (ou alvenaria) c/s ladrilho				
	- Alteração do plano de cobertura s. extensão com telha (alpendre coberto) t. extensão com chapa metálica, acrílico, ou policabornato (alpendre coberto) u. outros (e.g. garagem)				

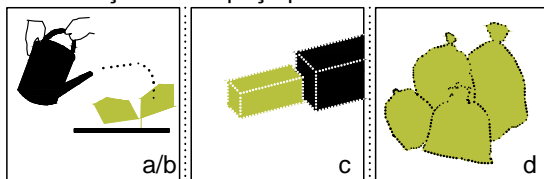
3.2. Síntese das principais apropriações realizadas pelos moradores

Parcela 6: O espaço público exterior é um sítio agregador e flexível. Esta dualidade reflete-se na sua utilização. Se por um lado, encontramos sinais de que os moradores utilizam diariamente o espaço para viver de acordo com os próprios traços culturais identitários, por outro lado observamos formas pontuais de privatização e uso individual, como zonas vedadas com hortas urbanas ou repletas de flores e capoeira para a criação de galinhas.

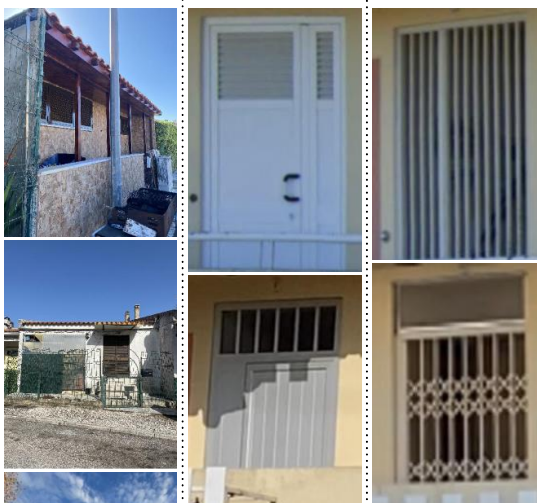
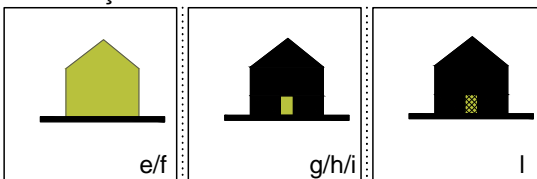
Nas moradias unifamiliares, que circundam o limite do bairro (1ª fase de construção), foram observadas várias alterações ao espaço edificado, seja introdução de novos revestimentos, encerramento de alpendres e vedações com diferentes graus de permeabilidade visual, e pequenas (mas frequentes) extensões dos telhados originais. Nestes fogos encontramos barreiras visuais e físicas (e.g. aumento da altura dos muros e introdução de vedações e gradeamentos) entre as habitações e as áreas de acesso privado. O sistema de acesso às moradias foi alterado e o espaço em frente das mesmas, que as liga à rua principal, foi apropriado.

Estas alterações, mapeadas nas Figuras 3 e 4, na perspetiva dos moradores, surgiram essencialmente como resposta à sensação de insegurança, necessidade de melhores condições de habitabilidade, desejo de maior privacidade e desejo de personalização do espaço.

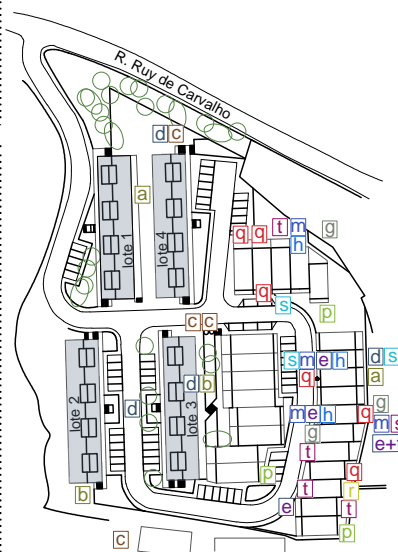
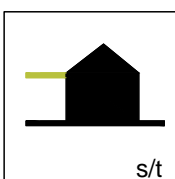
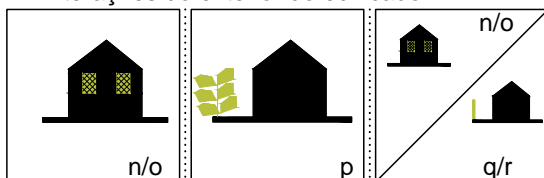
A. Alterações do espaço público exterior



B. Alterações do exterior do edificado



B. Alterações do exterior do edificado



Alterações das fachadas exteriores (B, e-o) mapeadas na Figura 4



Parcela 6

A. Alterações do espaço público exterior: a. zona com flores c/s vedação; b. hortas urbanas c/s capoeira; c. pequenas construções (e.g. gaiola, ponto religioso, container); d. depósitos ilegais de resíduos; **B. Alterações do exterior do edificado:** Alteração configuracional e/ou cromática da fachada exterior; e. colocação de revestimento exterior; f. alteração da cor original da fachada; Alteração dos vãos de porta; g. alteração da porta original por nova porta de madeira; h. alteração da porta original por nova porta de pvc; i. alteração da porta original por nova porta de alumínio; l. colocamento de gradeamento exterior; **Alteração dos muros:** p. aumento altura com colocação de sebe vivas; q. aumento altura com colocação de painéis em policabornato/alumínio; r. aumento altura com colocação de pano de tijolo (ou alvenaria) c/s ladrilho; **Alteração do plano de cobertura:** s. extensão com telha; t. extensão com chapa metálica, acrílica, ou policabornato; u. outros (e.g. garagem).

Fig. 3. Mapeamento fotográfico da Parcela 6 (2021-2022)

B. Alterações do exterior do edificado



Fig. 4. Mapeamento gráfico da Parcela 6 (2021-2022): alterações das fachadas nos lotes 1,2,3,4

CAR de Camarate: foram encontradas inúmeras alterações das fachadas exteriores a nível cromático, de revestimento, de aumento dos pisos e de construções de anexos destinados a garagem, para compensar o número dos estacionamentos planeados originariamente (Figura 5). As alterações mencionadas refletem a necessidade de proteger e personalizar a esfera privada doméstica. O espaço público exterior adjacente de

uso coletivo é praticamente inexistente. No entanto, o bairro encontra-se próximo de serviços e amplos espaços públicos. Constata-se uma ausência de construções ou apropriações informais do espaço público exterior que se pode justificar pela falta de relação dos moradores com o espaço público e pela sua substituição pelos espaços públicos existente nas proximidades do bairro.

B. Alterações do exterior do edificado



A. Alterações do espaço público exterior: a. zona com flores c/s vedação; b. hortas urbanas c/s capoeira; c. pequenas construções (e.g. gaiola, ponto religioso, container); d. depósitos ilegais de resíduos; **B. Alterações do exterior do edificado:** Alteração configuracional e/ou cromática da fachada exterior: e. colocação de revestimento exterior; f. alteração da cor original da fachada; Alteração dos vãos de porta: g. alteração da porta original por nova porta de madeira; h. alteração da porta original por nova porta de pvc; i. alteração da porta original por nova porta de alumínio; l. colocamento de gradeamento exterior; Alteração dos muros: p. aumento altura com colocação de sebe vivas; q. aumento altura com colocação de painéis em policarbonato/alumínio; r. aumento altura com colocação de pano de tijolo (ou alvenaria) c/s ladrilho; Alteração do plano de cobertura: s. extensão com telha; t. extensão com chapa metálica, acrílica, ou policarbonato; u. outros (e.g. garagem).

Fig. 5. (Preliminar) mapeamento gráfico e fotográfico da CAR de Camarate (2021-2022)

Bairro de Santo António: hortas comunitárias e alterações cromáticas das fachadas exteriores das moradias representam as principais alterações realizadas pelos moradores (Figura 6). As hortas contribuem para a biodiversidade urbana e fortalecem a coesão social e o sentido de responsabilidade civil, enquanto as alterações do edificado contribuem para a melhoria estética do edificado no entender de quem as realiza.

Estas alterações refletem a vontade de atribuir um caráter identitário às moradias, contrariando a estandardização do edificado original, e são uma expressão tangível de maior coesão social, refletida no

sistema de ocupação do espaço público exterior, nomeadamente na gestão das hortas comunitárias. A ausência de vedações nestas áreas demonstra um sentimento partilhado de segurança e solidariedade.

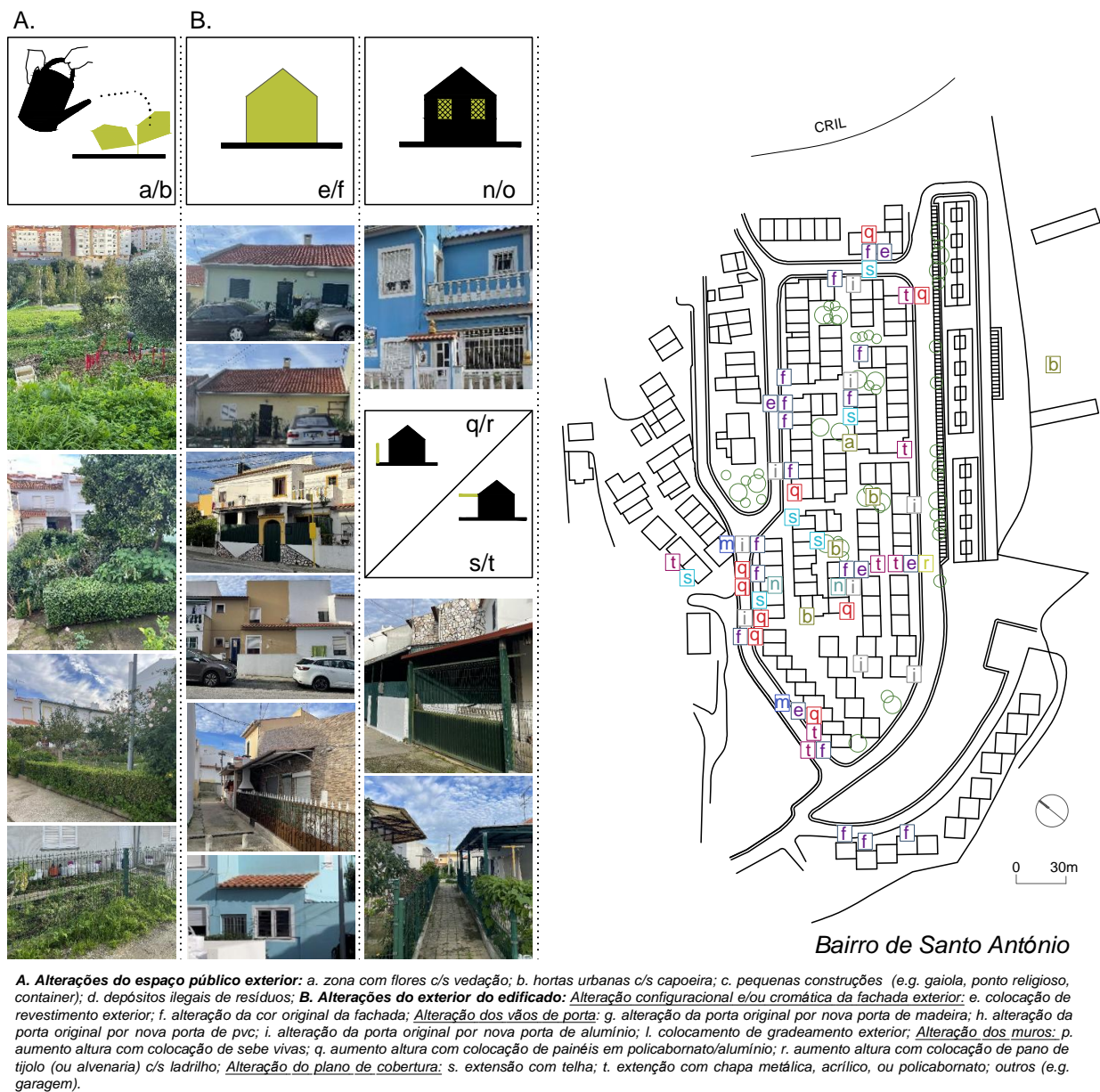
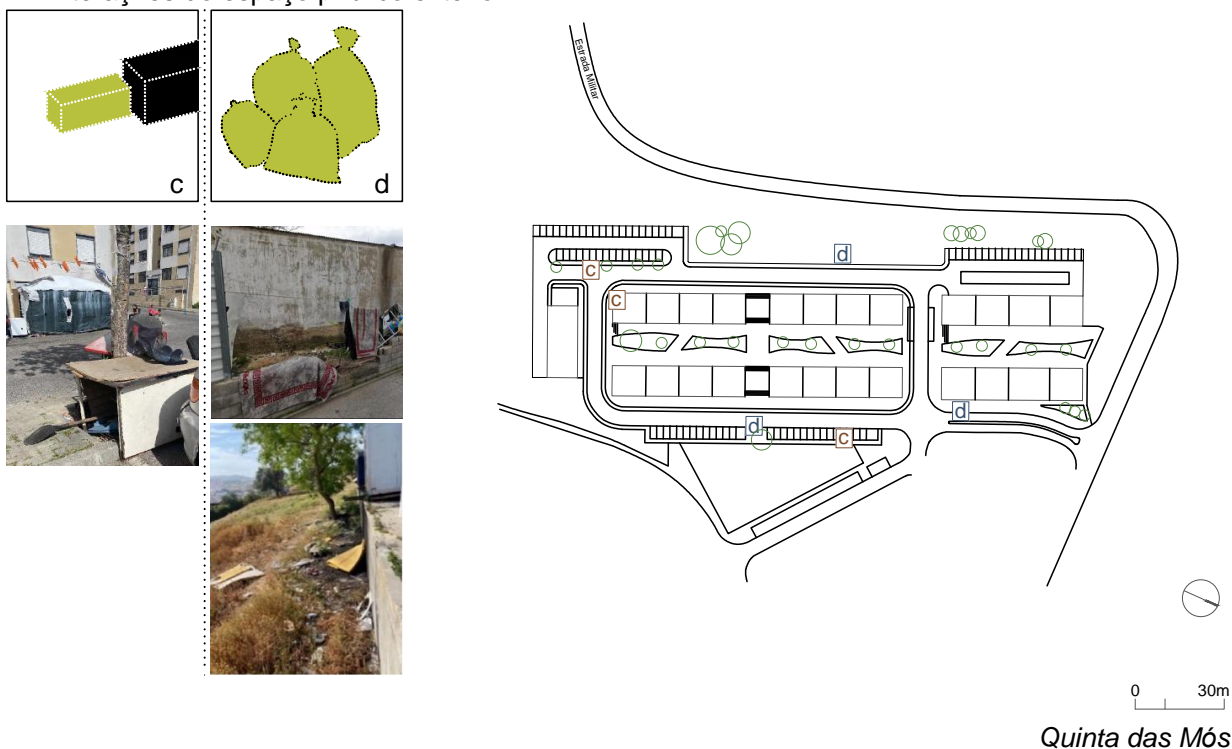


Fig.6. Mapeamento gráfico e fotográfico do Bairro de Santo António (2021-2022)

Quinta das Mós: foram encontradas escassas evidências de apropriações no espaço exterior. Consta-se que o espaço exterior não constitui um espaço de convívio diário dos moradores, sendo que o bairro se encontra segregado e é frequentado apenas pelos residentes. Não se encontrou nenhuma apropriação significativa no exterior do edificado, parcialmente devido à datação recente desta urbanização e à pouca flexibilidade da configuração dos blocos habitacionais que deixa pouca margem para apropriações (Figura 7).

A. Alterações do espaço público exterior



A. Alterações do espaço público exterior: a. zona com flores c/s vedação; b. hortas urbanas c/s capoeira; c. pequenas construções (e.g. gaiola, ponto religioso, container); d. depósitos ilegais de resíduos; **B. Alterações do exterior do edificado:** Alteração configuracional e/ou cromática da fachada exterior; e. colocação de revestimento exterior; f. alteração da cor original da fachada; Alteração dos vãos de porta: g. alteração da porta original por nova porta de madeira; h. alteração da porta original por nova porta de pvc; i. alteração da porta original por nova porta de alumínio; l. colocamento de gradeamento exterior; Alteração dos muros: p. aumento altura com colocação de sebe vivas; q. aumento altura com colocação de painéis em policarbonato/alumínio; r. aumento altura com colocação de pano de tijolo (ou alvenaria) c/s ladrilho; Alteração do plano de cobertura: s. extensão com telha; t. extensão com chapa metálica, acrílico, ou policarbonato; u. outros (e.g. garagem).

Fig. 7. (Preliminar) mapeamento gráfico e fotográfico da Quinta das Mós (2021-2022)

4. Análise comparativa

4.1. Breve discussão dos resultados do mapeamento

De todos os casos de estudo apresentados, pode-se concluir que a Parcela 6 é o bairro que maior número de apropriações apresenta. Ao mesmo tempo, representa um caso interessante devido à dimensão contida do bairro e às características do meio envolvente de interesse natural e paisagístico, a noroeste e sudoeste. De facto, a escala deste bairro facilitaria intervenções factíveis num curto prazo. Ao nível do edificado, a construção em duas fases e com modalidades distintas acabou por influenciar as dinâmicas sociais das comunidades que residem no bairro. No registo das apropriações informais, o aumento da altura dos muros, que obstrui a visibilidade entre interior e exterior, é um padrão comum que presenciamos. Apesar de existirem algumas exceções, as alterações não pressupõem instâncias estéticas, mas dependem de necessidades funcionais e de segurança. Prevalece a apropriação para uso individual de faixas próximas ao edificado, que originariamente faziam parte do espaço público exterior. Ao contrário, no bairro de Santo António, foram encontradas apropriações de espaços exteriores de carácter mais coletivo, destinados a hortas comunitárias, sem vedações ou sistemas de controlo de acesso e uso. Este tipo de apropriação remete para a reflexão crítica de Hertzberger (2001) sobre a potencialidade dos espaços coletivos como auxílio no fortalecimento da coesão social. Encontrámos registos de barreiras físicas introduzidas em vários fogos na Parcela 6, colocadas entre o apartamento e a galeria de acesso público (e.g. gradeamento nas portas e janelas). No edificado do bairro de Santo António, as alterações encontradas evidenciam apenas a intenção de personalização estética, para fortalecer o sentido de identidade e individualidade. Este paradigma encontra-se no bairro CAR de Camarate

que, à semelhança do Bairro de Santo António, inclui padrões de personalização no edificado associado a questões meramente estéticas, o que se traduz em moradias com uma variedade de partidos estéticos. No bairro CAR, muitas moradias foram adquiridas pelos privados e alvo de alterações que reduziram a homogeneidade das soluções arquitetónicas originais. Outras apropriações frequentes, relacionadas com necessidades funcionais (e.g. de ampliação do espaço interior) apenas se destacaram na construção de anexos dos volumes simples e compactos, usados como garagem.

4.2 Lógicas subjacentes às apropriações informais e futuras intervenções

As apropriações informais refletem aspetos interdependentes de cariz sociocultural, funcional e estético, que se relacionam com as características arquitetónicas e morfológicas do edificado e da envolvente, bem como com as dinâmicas socioeconómicas das comunidades que as realizam. A compreensão das lógicas subjacentes às apropriações informais permite averiguar em que medida os projetos originais falharam na resposta às necessidades das populações que os habitam ou como as exigências de cada agregado familiar tem vindo a mudar ao longo do tempo. O objetivo principal é incentivar formas de apropriação de iniciativa privada, que garantam os direitos de cada agregado familiar (e.g. conforto, privacidade, segurança), mas também os direitos da coletividade (e.g. coesão, inclusão e paz social). Estas apropriações informais devem ser enquadradas juntamente com a análise das necessidades latentes (que não tiveram uma expressão tangível no espaço físico até agora) com o intuito de definir trajetórias de projeto que prevejam o envolvimento dos moradores e o diálogo contínuo com os representantes dos organismos da administração pública.

A Tabela 3 exemplifica alguns destes requisitos, definidos nos diplomas legislativos referentes às políticas habitacionais⁸, que corresponderão a soluções projetuais específicas por cada conjunto habitacional. Estes resultados abordam questões levantadas durante as sessões de debate informais no âmbito do Projeto Final de Arquitetura (2021-2022), organizados entre o grupo de estudantes de arquitetura com os moradores e com os representantes da Câmara Municipal de Loures.

Tabela 3. Apropriações informais relacionadas com requisitos negligenciados

	APROPRIAÇÕES INFORMAIS REALIZADOS POR MORADORES									
	Espaço público exterior			Exterior do edificado						
	Fruição, uso e gestão dos espaços públicos exteriores (áreas ajardinadas, hortas urbanas)	Apropriação do espaço público por moradores (uso privado)	Novos espaços de uso coletivo (e.g. ponto religioso)	Re-configuração do exterior do edificado a nível cromático e material	Aumento altura dos muros	Re-configuração dos muros a nível cromático e material	Alterações das portas/janelas originais	Introdução de gradeamentos	Extensão de telhado e construção de alpendre	Construção de anexos (e.g. garagem)
Requisitos sociais										
i) Coesão e paz social	•		•							
ii) Responsabilidade civil	•									
iii) Inclusão social e convívio	•	•	•							
Requisitos funcionais										
i) Higiene/Salubridade										
ii) Conforto		•					•		•	•
iii) Privacidade					•					
iv) Segurança					•		•	•		
Requisitos estéticos/formais										
i) Reabilitação				•			•			
ii) Personalização/diferenciação				•	•	•	•		•	•

Relativamente à Parcela 6 e à Quinta da Mós, importa referir que as ações prioritárias deveriam centrar-se na requalificação do espaço público exterior para garantir coesão, inclusão e paz social. O espaço público na Parcela 6 foi alvo de um número maior e de maior variedade tipológica de apropriações informais, enquanto na Quinta das Mós, também se encontrou negligência e descaracterização das áreas ajardinadas e do arruamento. Já no bairro CAR de Camarate, será necessário repensar o atual sistema de mobilidade, incluindo uma solução para o estacionamento automóvel.

⁸ Agarez (2018: 113-118)

5. Reflexões finais

Este estudo permitiu identificar uma série de intervenções de apropriação do espaço em bairros municipais que foram realizadas pelos seus moradores na busca de um maior sentido de identidade para com os bairros que habitam. As ações integradas de reabilitação e revitalização destes bairros deveriam incentivar estímulos para que os moradores possam definir novos usos e configurações destes espaços, discutindo o processo de ocupação e apropriação do espaço habitacional. Para fortalecer a ligação entre os moradores e o espaço arquitetónico, o espaço deve ser (re)pensado de forma a permitir a apropriação física e simbólica da coletividade, como o reflexo da identidade de cada pessoa, para que o espaço “(...) offers far more opportunities for people to make their personal markings and identifications, in such a way that it can be appropriated and annexed by all as a place that truly 'belongs' to them”⁹ (Hertzberger, 2001: 47)

Embora os quatro bairros analisados no concelho de Loures apresentem situações diversificadas e uma pluralidade de apropriações dos moradores atuais, o mapeamento apresentado facilita a compreensão a *posteriori* das lógicas subjacentes a estas alterações, cruzando reflexões fundamentadas pela observação direta. Esta leitura comparativa das apropriações informais permite averiguar os aspetos negligenciados durante as fases de planeamento e canalizar os esforços para definir diretrizes projetuais gerais no âmbito de futuras intervenções, que prevejam a promoção (ou coordenação) dos organismos de administração e gestão territorial pública.

Este estudo baseia-se no conjunto de análises desenvolvidas no arco temporal de um ano, não incluindo as alterações ocorridas, entretanto. Para oferecer uma perspetiva mais abrangente, será necessário desenvolver uma análise diacrónica das formas de ocupação do espaço urbano assim como recolher dados mais recentes, atualizando e comparando informações sobre os agregados familiares que residem nos bairros analisados, e estender o campo de investigação às configurações dos espaços interiores, bem como aos aspetos que incidem na mobilidade social e territorial. Com maior incidência na Parcela 6 e no Bairro de Santo António, seria importante aprofundar o impacto do desfaseamento temporal da construção dos conjuntos habitacionais na convivência e coesão social.

Apesar dessas limitações, este trabalho pode alimentar o debate sobre a qualidade de vida nos bairros municipais, traçando trajetórias para a resolução de algumas questões encontradas, realçando a sua importância com a aplicação em casos de estudo similares no contexto nacional e internacional.

6. Agradecimentos

A realização deste estudo foi parcialmente financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. no âmbito dos projetos UIDB/04466/2020 e UIDP/04466/2020.

7. REFERÊNCIAS

AGAREZ, R. (2018). Habitação: Cem anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918 -2018. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

ANTUNES, G. (2018). Políticas de habitação, 200 Anos. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

ARAVENA, A. & IACOBELLI, A. (2016). Elemental: Incremental housing and participatory design manual. Ostfildern: Hatje Cantz Verlag.

⁹ Tradução do autor: “ofereça muito mais oportunidades para as pessoas fazerem as suas marcas e identificações pessoais, de tal forma que o lugar possa ser apropriado e anexado por todos, como verdadeiramente lhes pertence.” (Hertzberger, 2001: 47)

ATELIERMOB (2014). Definir Informal. In Note (Ed.), News from Portugal: Homeland (67-68).

Diário da República (2018) Resolução do Conselho de Ministros nº50-A/2018, de 2 de maio.

GALHARDO, J. (2014). As desigualdades fontes de dinâmicas urbanas no centro histórico de Lisboa. Cad. Metropole 16 (32) <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3210>

GUERRA, I. (2002). Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das "novas políticas sociais". Revista Crítica de Ciências Sociais 63, 47-74.

HERTZBERGER, H. (2001). *Lessons for Students in Architecture*. Roterdão: Netherlands Architecture Institute.

Homeland, News from Portugal - Arquivo 2014 <https://www.note.org.pt/HOMELAND-NEWS-FROM-PORTUGAL>

PORTAS, N. (2013). Habitação para o Maior Número: Portugal os anos de 1950-1980. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

RODRIGUES, C. (2014). Participação e qualidade da democracia no Portugal democrático: O caso real do realojamento do bairro de Santo António em Camarate. *Working Paper 46 do Observatório Político*, URL: www.observatoriopolitico.pt

ROSA, V. (coord) (2021). Estratégia Local de Habitação de Loures. Loures: Câmara Municipal de Loures.